

RESENHA DO LIVRO *A DEMANDA POR DEUSES: GLOBALIZAÇÃO, FLUXOS RELIGIOSOS E CULTURAIS NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO*

Rita de Cássia GONÇALO¹

GRACINO JÚNIOR, P. **A demanda por deuses**: globalização, fluxos religiosos e culturais nos dois lados do Atlântico. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

A demanda por deuses é um trabalho que discute a globalização do (neo) pentecostalismo protestante enquanto elemento de profunda mudança social em espaços onde o catolicismo popular resiste à incursão pentecostal. Tomando como exemplo os territórios do estado de Minas Gerais e Norte de Portugal, Paulo Gracino Junior elucida de que forma certas conformações culturais mostraram-se extremamente refratárias à implantação das igrejas pentecostais. No entanto, a emergência e expansão dos evangélicos nessas regiões provocaram a reconfiguração das paisagens religiosas, territoriais e sociais, tendo impacto na mobilização de áreas urbanas e rurais e no dinamismo econômico local.

O fio condutor da obra se baseia em dois episódios midiáticos que foram responsáveis pela intensificação da resistência ao pentecostalismo nesses territórios marcadamente católicos: o “chute à santa” ocorrido em 1995 envolvendo o pastor Sergio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD (considerado uma verdadeira invasão dos evangélicos à cultura católica); e a tentativa de compra, por parte da IURD, da sala de espetáculos Coliseu do Porto, também em 1995, o que mexeu com a honra e a memória coletiva dos portugueses, em especial dos nortenhos. Ambos os casos demandaram intensos conflitos de

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro – RJ - Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. ritaantropologia@gmail.com

âmbito religioso e nacionalista no Brasil e em Portugal, pois a expansão da IURD representava uma ameaça à padronização das crenças e costumes já estabelecidos.

É neste sentido que o autor chama a atenção para a penetração das igrejas pentecostais ao redor do mundo, mostrando que as hostilidades de outras comunidades religiosas quanto à investida e presença pentecostal representa um fato sociológico bastante contundente, qual seja: o de que as tradições locais e demandas religiosas são constantemente determinadas e limitadas às necessidades humanas que se permutam com o tempo. Em sua Parte I, *Sociólogos versus economistas: balizando o problema*, o trabalho de Gracino Junior defende que a “escolha racional” - paradigma utilitarista da sociologia da religião – traz um novo entendimento da atuação religiosa, ao buscar na Economia seus principais fundamentos. De forma diversa, processos histórico-estruturais influenciam a demanda por religião, e a produção e consumo dos bens religiosos estariam imersas nas relações sociais. Esses circuitos socioculturais (nos termos de Canclini (2003)) seriam, então, os responsáveis por fazerem com que projetos identitários sejam confrontados e postos em questão. A conexão entre identidades culturais, relações sociais e suas sobreposições econômicas regulariam, portanto, o trânsito dos indivíduos entre as denominações religiosas.

Uma vez que os elementos socioculturais estão atuando como reguladores do trânsito religioso, vinculando o sucesso numérico das agências religiosas à sua capacidade de mobilizar as demandas locais, observa-se que a “escolha racional” pode ser definida como “[...] uma miríade de opções possíveis numa dada situação, onde pessoas escolhem ‘racionalmente’ aquelas opções que lhes permitam alcançar suas metas, maximizando os benefícios e reduzindo os custos máximos de sua ação.” (GRACINO JUNIOR, 2016, p.69). Desse cenário, se estabelece como premissa básica que os indivíduos, em matéria de religião, fazem escolhas da mesma maneira que ponderam suas outras ações: pesando custos e benefícios.

Paulo Gracino argumenta que as escolhas religiosas estão permeadas por muito mais que a busca por interesses individuais; estão imbricadas, muitas vezes, nas densas relações sociais e na contribuição dos agentes religiosos às necessidades dos fiéis, o que estimula a concorrência entre as organizações religiosas mais atuantes no Brasil e em Portugal: Pentecostalismo, Renovação Carismática e Religiões de Matriz Africana. A competição que domina as firmas espirituais seria um dos fatores que explica o crescimento pentecostal, pela grande capacidade de mobilização de seus agentes religiosos (em especial no que tange ao proselitismo e ao mercado de serviços mágicos), constituindo-se como fenômeno privilegiado

para se pensar não só processos de destradicionalização, mas as novas formas de vínculos sociais na atualidade.

Na Parte II, *Pluralidade e demanda religiosa nos dois lados do Atlântico*, o autor expõe diferentes dados estatísticos que mapeiam a pluralidade da participação religiosa no Brasil e em Portugal. Destaque para o crescimento de islâmicos, sua tranqüila integração à sociedade portuguesa e seu significativo reconhecimento público; a representatividade de judeus na sociedade portuguesa e suas inserções na mídia local; a positividade da Igreja Ortodoxa, que sempre representou um ponto de apoio no processo de integração de imigrantes do Leste europeu à sociedade portuguesa; bem como o significativo incremento e visibilidade das religiões afro e afro-brasileiras em terras portuguesas, possibilitando frequente diálogo entre Portugal e Brasil (especialmente Rio de Janeiro e Bahia, com o trânsito dos babalorixás). São observados também o declínio de católicos nos dois países (apesar da população ter maior percentual de declarantes católicos) e uma frequente não identificação com o catolicismo, sobretudo em Portugal, o que pode representar uma negação de novos indivíduos a essa religião que se mimetizou com o Estado português e brasileiro durante longos anos.

De posse desses dados, o autor volta às atenções para a diversidade religiosa e para a distribuição das instituições de crença no território brasileiro. Vê-se que enquanto a Igreja Católica mantém sua hegemonia nas áreas menos dinâmicas do ponto de vista das transformações culturais, industriais e deslocamento populacional, os pentecostais têm seu maior crescimento nas grandes regiões metropolitanas, principalmente em sua periferia. Esse panorama sugere que as denominações religiosas conseguem maior êxito quando dispõem de um aparato institucional-litúrgico mais próximo às demandas religiosas das populações às quais se dirigem, conseguindo operar a tradução desses anseios para o seu discurso religioso.

Uma vez que a globalização possibilita a objetiva reconfiguração do mundo em termos econômicos, identitários e culturais, a religião, assim, ganha novos contornos nesse processo crescente da subjetividade na escolha e composição da religiosidade individual. À religião é incumbido o rearranjo constante das estruturas teológicas, rituais e organizacionais de suas instituições, no intuito de atender à diversidade de demandas colocadas pelos diversos grupos sociais. Neste sentido, a Parte III do livro, *Globalização, religião e culturas locais: dois casos exemplares* traz um panorama do cenário católico e pentecostal na região histórica das Minas Gerais e no Norte de Portugal, mostrando como as duas agências se utilizam da relação entre patrimônio, história religiosa e cultura local para reforçar o vínculo

entre população e instituição religiosa. Parece certo que a hegemonia católica esteja ameaçada; no entanto, é difícil fundamentar o prognóstico de que surgirá outra instituição capaz de unificar a diversidade de demandas dos públicos tradicionais. Por outro lado, pululam formas de organização institucional que visam atender aos interesses específicos de grupos pontuais – como no caso do (neo) pentecostalismo.

Embora ambas as regiões da amostra apresentassem conjunturas desfavoráveis ao pluralismo religioso – especificamente representado pelas igrejas pentecostais e a IURD, desencadeando controvérsias e animosidades –, por outro lado o aspecto conflitante fomentou não só uma intensa discussão acerca da liberdade religiosa (sobretudo em Portugal), mas também um questionamento do próprio conceito de religião vigente. Naquele momento da celeuma midiática do “chute à santa” e da tomada do Coliseu do Porto, Brasil e Portugal foram chamados a discutir e posicionar-se publicamente sobre a própria estrutura católica do país e sua legitimidade enquanto única instituição a representar os anseios religiosos de suas comunidades.

Neste caso, a repressão ao pentecostalismo não levou ao recalque absoluto deste nos territórios luso e brasileiro; antes viabilizou processos de resistência e negociação de sentidos, “ressemantizando estímulos comunitários e reapropriando-se deles localmente” (GRACINO JUNIOR, 2016, p.313). Sendo assim, a passagem ao pentecostalismo nesses territórios reconheceu a necessidade de não ruptura radical com o plano cultural local, mas a inevitável carência de se articular os modos de ser mineiro e português ao trânsito religioso. Ao incorporar a cultura local e seus produtos (festas, ritos, posições femininas e masculinas), o pentecostalismo protestante passou a oferecer trocas simbólicas aos habitantes locais.

A experiência da contemporaneidade leva-nos a assistir a uma germinação de demandas por reconhecimento, que traz novos arrazoados discursivos e novas formas de associativismo religioso. Sendo assim, *A demanda por deuses* colabora na compreensão de que a demanda por religião varia historicamente, e que o principal papel da religião é traduzir a complexidade que se apresenta na realidade, assegurando-lhe um sentido para conectar aquilo que não se conecta no real. Em busca de adaptação a demandas cada vez mais específicas e dinâmicas, as agências religiosas atuais não desprezam o cálculo de interesses fundamentado na lógica utilitarista, porém nem todas as formas de pertença religiosa são conduzidas tendo por base os cálculos de custos *versus* benefícios. Tem a ver ainda com a capacidade de tradução de uma feição cultural e com o rearranjo dos estí-

mulos comunitários. Por isso as escolhas religiosas e produção de bens religiosos obedecem, também, às lógicas das relações sociais em territórios distintos e em um dado momento da história, facultando aos indivíduos a possibilidade de uma infinita reinvenção ou engajamento das/nas instituições religiosas.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

Recebido em 18 de maio de 2017

Aprovado em 04 julho de 2017